

Nortec
Química S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadros CVM

Balancos patrimoniais 10

Demonstrações de resultados 11

Demonstrações do resultado abrangente 12

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 13

Demonstrações dos fluxos de caixa 14

Demonstrações do valor adicionado 15

Notas explicativas às demonstrações financeiras 16

**Parecer dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes e sobre as
Demonstrações Financeiras**

Parecer do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Demonstrações Financeiras 31/12/2017

A Nortec Química S.A. ("Companhia" ou "Nortec"), empresa brasileira do ramo Farmoquímico, divulga hoje o resultado do ano de 2017, atualizando seus acionistas e o mercado em relação a seu desempenho do ano anterior, andamento e mudanças de sua administração e desenvolvimento de seus projetos.

Sobre a Nortec Química

A NORTEC QUÍMICA S.A. é a maior produtora de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA) na América Latina, com 32 anos de história no mercado atuando como produtora dedicada e exclusiva ao desenvolvimento de tecnologia e produção de Ingredientes Farmacêuticos Ativos. Atualmente, a NORTEC possui cinco plantas de produção de IFAs multi-propósito que atendem, em sua totalidade, às Boas Práticas de Fabricação, localizadas no Distrito Industrial de Duque de Caxias - Estado do Rio de Janeiro, Brasil, com capacidade de produção de mais de 350 toneladas por ano.

A Empresa possui em seu portfólio ativo quase 50 produtos, fornecendo moléculas que atendem a formuladores de Medicamentos de Marca, Genéricos e para Doenças Negligenciadas em mais de 20 países, incluindo os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Todo o portfólio produzido pela empresa possui certificação de BPF (Boas Práticas de Fabricação) de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (Inspeção de novembro de 2016), e atende também a critérios de regulação exigidos pela autoridade Norte Americana – Food and Drug Administration - FDA, tendo recebido Inspeção em dezembro de 2016, a primeira em 32 anos de história da NORTEC, sem nenhuma ação necessária no relatório final da entidade.

Conceitualmente, a produção de Insumos Farmacêuticos Ativos é a atividade industrial com maior densidade tecnológica da Indústria Química (Química Fina). A indústria de

IFAs possui características de Continuidade de Processos Complexos de Síntese, Necessidades de Segurança Operacional (Químicos com Anuência do Exército e Polícia Federal), Elevado Controle de Síntese para manutenção direta e Garantia de Qualidade dos Produtos Produzidos, Necessidades de Regulatório e Meio Ambiente que faz com que esse tipo de indústria opere 24 horas por dia, 7 dias por semana, com um quadro de pessoal de nível superior, que hoje representa cerca de 60% do nosso quadro de funcionários.

Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Nortec Química a partir de seu ingresso no BovespaMais, em 2012, tem passado por expressivas evoluções ao longo dos anos visando especialmente a transparência das informações. Nosso Conselho de Administração é composto por dois sócios-fundadores e por mais três conselheiros, sendo dois deles externos independentes. A escolha dos conselheiros levou em consideração qualificações e conhecimento em relação ao negócio. A Diretoria Executiva é composta por 6 membros escolhidos pelo conselho administrativo com mandatos anuais. Os papéis e responsabilidades da Diretoria Executiva são focados no planejamento estratégico e execução tática de um plano mestre para suas operações e pessoas, marcado pela busca de eficiência, transparência, perenidade, adoção de uma cultura de resultados, melhoria contínua e excelência em suas operações; fatores chaves para a criação de valor expressos indiretamente como retorno aos seus acionistas.

Principais Indicadores

R\$ mil	2017	2016	Δ %	4T17	4T16	Δ %
Receita Líquida	143.607	137.456	4%	43.421	36.427	19%
Produção (kg)	276.134	225.997	22%	57.730	56.465	2%
Lucro Bruto	37.895	37.702	1%	13.415	3.997	236%
EBITDA	24.244	24.028	1%	10.304	-197	-5330%
Lucro Líquido	13.741	15.540	-12%	5.821	-587	-1092%

R\$ mil	2017	2016	Δ %
Índice Liquidez Imediata	0,59	0,71	-16%
Índice Liquidez Corrente	2,75	2,62	5%
Índice Grau de Endividamento(*)	45%	49%	-8%

(*) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido

As informações financeiras e operacionais, divulgadas em milhares de Reais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerações da Administração

O ano de 2017

O ano de 2017 foi marcado pelo início de uma nova cultura organizacional na Nortec Química baseada em valor, padronização de processos, busca eficiência contínua e adoção de uma cultura meritocrática. Para conseguir se organizar e gerir esse plano de longo prazo, a companhia iniciou seu ano de 2017 ajustando sua estrutura organizacional começando pelo organograma. A Companhia fez um benchmark com 8 empresas e optou por uma configuração estrutural dividida em 3 pilares organizacionais: Vice Presidência de Negócios, Vice Presidência de Operações e Unidade da Qualidade, todas estas com reporte direto à presidência.

Com a necessidade de adequação à essa nova estrutura, novos profissionais qualificados e com experiência no cargo foram contratados para reforçar o time da empresa, dando vazão, maior solidez e suporte às novas demandas e necessidades.

Reafirmando o compromisso da companhia com a qualidade, a Nortec Química criou o departamento de Assuntos Regulatórios, área essa responsável diretamente por toda a gama de assuntos de competência regulatória ligada à qualidade como: manutenção dos registros e DMF's (Drug Master Files), toda e qualquer alteração e/ou regularização da empresa e seus produtos junto aos órgãos sanitários nas esferas municipal, estadual e federal, análise das necessidades regulatórias em diferentes países e direcionamento das ações internas (Como exemplo atendimento à demandas específicas do FDA e EMA), solicitação e manutenção dos registros dos produtos, acompanhamento das licenças/autorizações e manutenção da certificação de BPF (Boas Práticas de Fabricação). A entrada da ANVISA no International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH), grupo que reúne autoridades reguladoras e associações de indústrias farmacêuticas para discutir registro de medicamentos, que gerou uma elevação da barra regulatória Nacional e Internacional, em conjunto com a penetração recente da empresa nos Estados Unidos, tornou fundamental a presença de um setor

dedicado aos Assuntos Regulatórios. É de necessidade extrema que essa área seja apta a entender e se adequar às mudanças no Ambiente Regulatório não só do setor farmoquímico como também esteja apta a antever e cumprir exigências advindas do setor farmacêutico, compreensão essa fundamental para garantia da perenidade e segurança da empresa na manutenção de seu portfólio atual e no suporte ao desenvolvimento de novos produtos.

O ano 2017 possui grande representatividade na finalização de um importante ciclo de investimentos no montante de R\$ 70 milhões iniciados em 2012, marcado pelo start-up de 2 unidades fabris, U-230 e U-280, duplicação da unidade de tratamento de efluentes e adequações estruturais e tecnológicas nas áreas produtivas das outras unidades.

O investimento realizado teve como propósito não só a ampliação da capacidade produtiva de produtos do portfólio atual, como ampliam o acesso da Companhia à mercados farmacêuticos altamente regulados, em especial nos EUA, Europa e Japão onde a remuneração direta pela segurança de fornecimento e qualidade intrínseca dos produtos é melhor quando comparada a mercados com baixa regulação.

Com a finalização de uma planta dedicada a produção de pequena escala (U-230), a Nortec Química acelerou a entrada de novos produtos no portfólio privado e também efetuou o scale-up e validação de dois novos IFA's: Haloperidol e Cloridrato de Articaína. O Haloperidol é utilizado no tratamento médico para sintomas como enjoos e vômitos, para o controle de agitação, agressividade e estados maníacos; já o Cloridrato de Articaína, é indicado para a anestesia local, por bloqueio de nervo ou por infiltração, em procedimentos periodontais simples e complexos. O Cloridrato de Articaína produzido na Nortec Química foi avaliado pelo Prof. Roberto Takashi Sudo (Programa de Desenvolvimento de Fármacos / ICB / CCS / UFRJ) atestando que possui uma potência e duração de efeito dentro do esperado. Ambos scale -ups foram realizados com sucesso.

A área de Pesquisa e Desenvolvimento atua também na busca de melhoria de processos já existentes, trazendo melhores resultados para o negócio. Neste ano foram

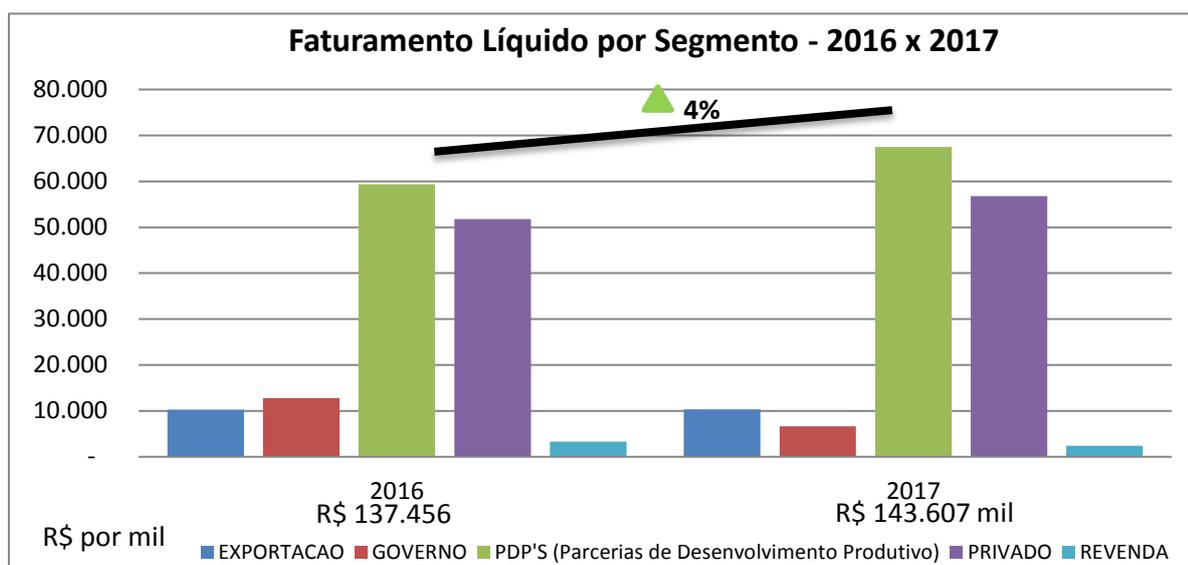
direcionados esforços na melhoria dos processos de Sulfato de Pseudoefedrina – Medicamento Referência – Claritin D®, Cloridrato de pseudoefedrina – Medicamento Referência – Allegra D® e Clonazepam – Medicamento Referência - Rivotril®. É fundamental ter o compromisso de visitar os processos na busca de melhoria contínua, processo esse fundamental pela melhoria da competitividade e consequentemente perenidade do negócio.

Nossas iniciativas estratégicas seguem em desenvolvimento, os desafios para 2018 são muitos, mas cada um vem acompanhado de uma grande oportunidade.

Análise Econômica Financeira

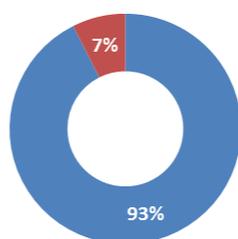
- Faturamento líquido**

A receita líquida, ao final de 2017 alcançou R\$ 143,6 milhões, um aumento de 4% em comparação com o mesmo período de 2016, quando atingiu R\$ 137,5 milhões.

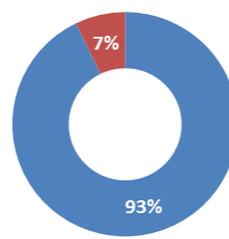


A receita da Companhia é composta substancialmente pelo mercado interno, que representou 93% em 2017. A participação de vendas para o mercado externo foi de 7% sobre o total acumulado, principalmente para Argentina, Taiwan e França.

Faturamento Líquido - 2016



Faturamento Líquido - 2017



■ MERCADO INTERNO ■ EXPORTAÇÃO

- **Mercado exportação**

As vendas para o mercado externo no exercício de 2017 aumentaram em 1%, quando comparado com o exercício de 2016. A companhia exportou 28,5 toneladas no exercício, que representaram R\$ 10,3 milhões (R\$ 10,2 milhões em 2016). A Nortec Química vem se empenhando e gerando ações para alavancar as exportações, conforme diretrizes do seu planejamento estratégico.

Os produtos com maior demanda de faturamento para exportação no exercício foram:

PRODUTO	APLICAÇÃO
Espironolactona	Droga cardiovascular/ Insuficiência cardíaca
Cloridrato de Midazolam	Benzodiazepínico
Benzoato de Denatônio	Desnaturante
Prilocaina	Anestésico local

- **Custo dos produtos vendidos**

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 105,7 milhões no exercício de janeiro a dezembro de 2017, o que representou 74% da receita líquida (73% no mesmo período em 2016). Esta relação está ligada diretamente ao mix de produtos vendidos no mercado interno e às adequações regulatórias nas unidades fabris, buscando a excelência da qualidade.

- **Despesas/Receitas operacionais**

As despesas operacionais atingiram R\$ 17,0 milhões ao final de 2017, representando um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Esse aumento é o reflexo das adaptações realizadas pela empresa em sua reestruturação organizacional com

recrutamento de pessoas qualificadas, reforçando a liderança da empresa e seu direcionamento aos objetivos estratégicos.

- **EBITDA**

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no ano de 2017 foi de R\$ 24,2 milhões positivos por conta dos efeitos anteriormente mencionados. Mesmo com o aumento dos custos dos produtos vendidos e das despesas administrativas, a Nortec Química conseguiu manter sua margem EBITDA em 17% da Receita Líquida.

Cálculo EBITDA (R\$/Mil)				
	2017	%/R.L	2016	%/R.L
Lucro Líquido	13.741	10%	15.540	11%
Participações no resultado	833		584	
IRPJ/CSLL	6.152	-4%	7.663	-6%
Resultado Financeiro Líquido	586	0%	(683)	0%
Outras Receitas Não recorrentes	(427)	0%	(1.145)	-1%
Depreciação e amortização	3.359	-2%	2.069	-2%
EBITDA	24.244	17%	24.028	17%

- **Liquidez e endividamento**

A disponibilidade financeira, ao final do exercício de 2017 foi de R\$ 17,9 milhões, sendo integralmente em moeda local (Real). Houve uma redução de 10% em relação ao final de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 19,9 milhões. As aplicações financeiras representam 66% desta disponibilidade. Em 31 de dezembro de 2017 os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 21,2 milhões, R\$ 6,0 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 15,2 milhões no não circulante.

Os contratos de financiamento de longo prazo, contraídos com BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social representam 100% dos empréstimos da Companhia e tiveram como finalidade a construção das duas unidades fabris, U-230 e U-280.

Dívida Líquida/EBITDA (R\$/Mil)		
	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	21.161	19.760
Disponibilidade Financeira	17.861	19.888
Dívida Líquida	3.300	(128)
EBITDA	24.244	24.028
Dívida Líquida/EBITDA	14%	-1%

- **Ativo Imobilizado**

Ao final de 2017, o Ativo Imobilizado apresenta um aumento de R\$ 2,5 milhões quando comparado ao final de dezembro de 2016. Este aumento significativo se justifica por conta dos investimentos já citados acima, da construção das duas novas Unidades, além da ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes e demais investimentos que estão sendo realizados a fim de garantir o crescimento da companhia.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido ao final do quarto trimestre de 2017 foi negativo em R\$ 586 mil, sendo R\$ 1.356 mil de receitas financeiras, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras, R\$ 1.727 mil referente a despesas financeiras e um resultado cambial negativo no período de R\$ 215 mil. Em adição, o valor dos Juros sobre Capital Próprio no ano de 2017 totalizou o montante de R\$ 3,0 milhões.

Despesas Financeiras		
	R\$/Mil	%/Total
Comissões e Desp. Bancárias	535	31%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	918	53%
Acrés. Legais s/ tributos	51	3%
IOF - Imp. s/ Operações Financeiras	160	9%
Despesas de Juros	33	2%
Outros	28	2%
TOTAL	1.727	

Receitas Financeiras		
	R\$/Mil	%/Total
Receitas Aplic. Financ. R. Fixa	867	64%
Receitas Aplic. Financ. F. Nominativo	84	6%
Receita de Juros	36	3%
Descontos Obtidos	333	25%
Varição monetária s/ tributos a compensar	34	2%
Outras Receitas	2	0%
TOTAL	1.356	

- **Patrimônio líquido**

Ao final de 2017, o patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 104,7 milhões (R\$ 8,82 por ação), 11% superior ao patrimônio líquido alcançado em dezembro de 2016 (R\$ 94,2 milhões e R\$ 7,93 por ação). A variação do patrimônio líquido consolidado ao final do período deve-se ao lucro líquido apurado ao final do período.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no período findo em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Declaração da diretoria

A Diretoria da Nortec Química S.A., em atenção ao disposto nos incisos V e VI do Art. 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos

A Companhia registra seus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso obtido no ano, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

A Diretoria

• Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Dez/2016 R\$ Mil	Dez/2017 R\$ Mil	%/ Ativo	PASSIVO	Dez/2016 R\$ Mil	Dez/2017 R\$ Mil	%/ Passivo
Circulante	73.535	82.822	54%	Circulante	28.100	30.086	20%
Disponibilidades	19.888	17.861	12%	Fornecedores	9.620	11.693	8%
Contas a receber de clientes	16.327	28.767	19%	Salários e encargos sociais a pagar	2.736	3.332	2%
Estoques	33.858	32.038	21%	Impostos e contribuições a recolher	1.693	2.270	1%
Impostos a recuperar	1.956	3.043	2%	Adiantamentos de clientes	4.519	2.653	2%
Outros créditos	1.507	1.113	1%	Dividendos a pagar	3.691	263	0%
				Juros S/Capital Proprio	-	2.550	2%
				Participações a Pagar	584	833	1%
				Outras obrigações	488	492	0%
Não circulante	66.489	69.324	46%	Empréstimos e financiamentos	4.770	6.000	4%
Realizável a longo prazo	817	1.123	1%				
				Não circulante	17.696	17.354	11%
Investimento	79	114	0%	Empréstimos e financiamentos	14.990	15.160	
Imobilizado	86.014	91.859	60%	Outras obrigações	2.706	2.194	
(-) Depreciação	(20.421)	(23.771)	-16%				
			0%				0%
			0%				0%
				Patrimônio líquido (a + b)	94.228	104.705	69%
				Capital social (a)	41.977	68.234	45%
				Reservas (b)	52.251	36.471	24%
				Reserva Legal	5.310	5.997	4%
				Reserva de lucros	20.684	30.474	20%
				Reserva para Expansão	26.257	-	0%
				Resultado do Exercício	-	-	0%
TOTAL	140.024	152.146		TOTAL	140.024	152.146	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Var 2017 YTD x 2016 YTD (%)
Receita de Vendas	152.722	149.020	2%
Privado	64.458	58.115	11%
Governo	6.302	12.764	-51%
Exportação	11.084	10.459	6%
PDP	67.574	63.033	7%
Revenda	3.304	4.649	-29%
(-) Impostos e Devoluções	(9.115)	(11.564)	-21%
Receita líquida	143.607	137.456	4%
(-) Custos dos produtos vendidos	(105.711)	(99.755)	6%
<i>Custo de Material</i>	(71.099)	(68.801)	3%
<i>Custo de Transformação</i>	(31.826)	(29.343)	8%
<i>Depreciação</i>	(2.786)	(1.610)	73%
Lucro bruto	37.895	37.702	1%
Receitas (despesas) operacionais	(17.010)	(15.743)	8%
(-) Despesas administrativas	(15.786)	(14.810)	7%
(-) Depreciação	(573)	(459)	25%
(-) Despesas comerciais	(651)	(474)	37%
EBITDA	24.244	24.028	1%
Depreciação e amortização	3.359	2.069	62%
Resultado da Atividade	20.885	21.958	-5%
(+/-) Rec. (desp.) Op. líquidas não-recorrentes	427	1.145	-63%
Resultado Operacional	21.312	23.103	-8%
(+/-) Resultado financeiro Líquido	(586)	683	-186%
Receitas Financeiras	1.356	2.656	-49%
Despesas Financeiras	(1.727)	(1.893)	-9%
Resultado Cambial Líquido	(215)	(80)	170%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	20.726	23.787	-13%
IRPJ e CSLL	(6.330)	(7.728)	-18%
Lucro líquido do exercício	14.396	16.059	-10%
Participações	(833)	(584)	43%
IRPJ e CSLL	178	65	173%
Lucro líquido do exercício após Participações	13.741	15.540	-12%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores e acionistas da Nortec Química S.A.

Duque de Caxias - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de vendas

Veja as notas 6.3 e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

As receitas da companhia derivam essencialmente de comercialização de produtos farmoquímicos, que geralmente é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são substancialmente transferidos ao comprador.

O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia envolve análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, de forma a efetuar o registro apropriado das receitas de vendas, envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega e na determinação do momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são transferidos para a contraparte, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras, e do julgamento envolvido quanto à determinação do prazo médio de entrega dos produtos vendidos e do momento em que ocorre a transferência dos riscos e benefícios, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício.

Analisamos, em base amostral, as notas fiscais de vendas, bem como os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e observamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita para as transações de vendas.

Analisamos o critério da Companhia para determinação do prazo médio de entrega dos produtos aos clientes, avaliamos a aplicação deste critério na mensuração da receita na data base e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício.

Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de controles internos e testes substantivos, consideramos que o reconhecimento de receitas de vendas no tocante ao seu registro no período apropriado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valorização de estoques de produtos acabados

Veja as notas 1.3 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Os estoques da Companhia mensurados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção e o valor líquido realizável. Esse custo pode não ser recuperável se os seus preços de venda tiverem diminuído. A administração avalia, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor de custo, a Companhia registra uma perda por redução ao valor recuperável.</p> <p>Durante o exercício de 2017, por decisão da ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Companhia teve a suspensão da produção e comercialização de certos produtos. Conseqüentemente, a Companhia foi requerida a reprogramar as atividades, substituindo os produtos a serem produzidos e os respectivos cronogramas de produção. Em decorrência deste evento, identificamos um risco de superavaliação no custo de produção</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos relevantes relacionados ao registro e valorização dos estoques de produtos acabados. Os nossos procedimentos de auditoria também incluíram, com base em amostra, testes de recálculo do custeio, revisão das premissas de rateio, provisão para os itens com valores superiores aos valores de mercado (testes de realização) e testes de documentação nos gastos gerais de fabricação.</p> <p>Efetuamos procedimentos analíticos para os itens selecionados nos testes de custeio, observando consistência na apuração dos custos unitários apurados mensalmente.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos a análise preparada pela Companhia sobre possíveis itens sem movimentação por um período maior do que um ano, com o objetivo avaliar a apropriada</p>

<p>dos produtos acabados, produzidos naquele período, podendo trazer impactos relevantes na sua valorização.</p> <p>Face ao exposto e devido à análise da recuperabilidade dos saldos de estoques de produtos acabados requerer avaliação criteriosa da Companhia e envolver julgamentos e premissas relativos, principalmente, a avaliação do valor de custo ou mercado, bem como pelo fato de qualquer mudança nessas premissas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>estimativa para obsolescência dos estoques.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao registro e valorização dos estoques de produtos acabados, identificamos deficiências que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos aceitável saldos dos estoques de produtos acabados no tocantes à sua valorização, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>
--	--

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.877
Preferenciais	0
Total	11.877
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	152.146	140.024
1.01	Ativo Circulante	82.822	73.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.139	9.723
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.721	10.165
1.01.03	Contas a Receber	28.767	16.327
1.01.03.01	Clientes	28.767	16.327
1.01.04	Estoques	32.038	33.858
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.043	1.956
1.01.07	Despesas Antecipadas	162	195
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	952	1.311
1.02	Ativo Não Circulante	69.324	66.489
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.123	817
1.02.01.03	Contas a Receber	97	34
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	97	34
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.026	783
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.026	783
1.02.02	Investimentos	114	79
1.02.02.01	Participações Societárias	114	79
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	114	79
1.02.03	Imobilizado	68.087	65.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	66.805	19.469
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.282	46.124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	152.146	140.024
2.01	Passivo Circulante	30.087	28.101
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.332	2.736
2.01.01.01	Obrigações Sociais	733	761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.599	1.975
2.01.02	Fornecedores	11.693	9.620
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.775	2.022
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.918	7.598
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.270	1.693
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.777	1.357
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	935	947
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	842	410
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	484	289
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9	47
2.01.05	Outras Obrigações	12.792	14.052
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.000	4.770
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.000	4.770
2.01.05.02	Outros	6.792	9.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.814	3.691
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	492	488
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	2.653	4.519
2.01.05.02.06	Participações a Pagar	833	584
2.02	Passivo Não Circulante	17.354	17.695
2.02.02	Outras Obrigações	16.713	16.677
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.160	14.990
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.160	14.990
2.02.02.02	Outros	1.553	1.687
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	1.551	1.638
2.02.02.02.04	Outros	2	49
2.02.04	Provisões	641	1.018
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	641	1.018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	641	1.018
2.03	Patrimônio Líquido	104.705	94.228
2.03.01	Capital Social Realizado	68.235	41.977
2.03.04	Reservas de Lucros	36.470	52.251
2.03.04.01	Reserva Legal	5.996	5.310
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	30.474	46.941

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.607	137.456
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.711	-99.754
3.03	Resultado Bruto	37.896	37.702
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.417	-15.182
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.843	-16.327
3.04.02.03	Despesas Administrativas	-3.380	-4.185
3.04.02.04	Despesas com pessoal	-9.605	-7.575
3.04.02.05	Serviços de terceiros	-3.198	-2.651
3.04.02.06	Ocupação e utilidades	-1.660	-1.916
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	426	1.145
3.04.04.01	Outras Despesas/Receitas Operacionais	426	1.145
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.479	22.520
3.06	Resultado Financeiro	-586	683
3.06.01	Receitas Financeiras	1.356	2.656
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.942	-1.973
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.727	-1.893
3.06.02.02	Variação Cambial Líquido	-215	-80
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.893	23.203
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.152	-7.663
3.08.01	Corrente	-6.395	-7.931
3.08.02	Diferido	243	268
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.741	15.540
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.741	15.540
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,15690	1,30837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	13.741	15.540
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.741	15.540

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.499	27.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.621	17.940
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	13.741	15.540
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	3.382	2.070
6.01.01.03	Variação Cambial	215	80
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para perda de Estoques	972	-910
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Contigência Trabalhista	-377	-310
6.01.01.06	Provisão (Reversão) Contigência Tributária	0	932
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75	45
6.01.01.08	Outros	-387	493
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.122	9.242
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a Receber	-12.440	-911
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	1.820	14.515
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-1.087	384
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros Ativos	86	-430
6.01.02.05	aumento/(redução) - Fornecedores	2.073	-1.608
6.01.02.06	aumento/(redução) - Obrig. sociais e trabalhistas	596	623
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig. fiscais	577	-3.072
6.01.02.08	aumento/(redução) - Adiantamento de Clientes	-1.866	-745
6.01.02.09	aumento/(redução) - Outros	119	486
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.931	-23.255
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-6.340	-25.946
6.02.02	Aplicações Financeiras	-1.556	2.691
6.02.04	Aquisição de Investimento	-35	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.152	-4.776
6.03.01	Empréstimos obtidos	5.841	4.249
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos Principal	-4.233	-2.206
6.03.03	Pagamentos de juros s/empréstimos e financiamentos	-1.069	-1.372
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.691	-5.447
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.584	-849
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.723	10.572
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.139	9.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.977	0	52.251	0	0	94.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.977	0	52.251	0	0	94.228
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.258	0	-26.258	-3.264	0	-3.264
5.04.01	Aumentos de Capital	26.258	0	-26.258	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-264	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.741	0	13.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.741	0	13.741
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.477	-10.477	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.477	-10.477	0	0
5.07	Saldos Finais	68.235	0	36.470	0	0	104.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	33.477	0	48.902	0	0	82.379
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.477	0	48.902	0	0	82.379
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.500	0	-8.500	-3.691	0	-3.691
5.04.01	Aumentos de Capital	8.500	0	-8.500	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.691	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.540	0	15.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.540	0	15.540
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.849	-11.849	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.849	-11.849	0	0
5.07	Saldos Finais	41.977	0	52.251	0	0	94.228

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	153.262	149.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	152.722	149.020
7.01.02	Outras Receitas	540	301
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.184	-91.330
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-70.444	-73.802
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.740	-17.528
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.078	57.991
7.04	Retenções	-3.359	-2.069
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.359	-2.069
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.719	55.922
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.892	8.680
7.06.02	Receitas Financeiras	3.892	7.880
7.06.03	Outros	0	800
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.611	64.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.611	64.602
7.08.01	Pessoal	23.181	20.323
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.051	15.075
7.08.01.02	Benefícios	4.786	4.090
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.344	1.158
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.683	21.068
7.08.02.01	Federais	13.564	14.201
7.08.02.02	Estaduais	7.114	6.846
7.08.02.03	Municipais	5	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.006	7.671
7.08.03.01	Juros	1.727	7.197
7.08.03.02	Aluguéis	604	474
7.08.03.03	Outras	2.675	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.741	15.540
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.000	0
7.08.04.02	Dividendos	264	3.691
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.477	11.849

Nortec Química S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.139	9.723	Fornecedores	14	11.693	9.620
Aplicações Financeiras	8	11.721	10.165	Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber	9	28.767	16.327	Com terceiros		3	8
Estoques	10	32.038	33.858	Com parte relacionada - BNDES	15	6.000	4.770
Impostos a recuperar	11	3.043	1.956	Obrigações sociais e trabalhistas	17	3.332	2.736
Despesas Antecipadas		162	195	Obrigações fiscais	18	2.270	1.693
Outros		952	1.311	Dividendos mínimos obrigatórios	21	2.814	3.691
Total do ativo circulante		82.822	73.535	Participações a Pagar		833	584
				Adiantamento de Clientes	19	2.653	4.519
				Outros		489	480
				Total do passivo circulante		30.087	28.101
Não circulante				Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	1.026	783	Empréstimos e financiamentos			
Outros		97	34	Com terceiros		-	2
Investimento		114	79	Com parte relacionada	15	15.160	14.990
Imobilizado líquido	13	68.087	65.593	Contingências	20	641	1.018
				Obrigações fiscais	18	1.551	1.638
				Outros		2	47
Total do ativo não circulante		69.324	66.489	Total do passivo não circulante		17.354	17.695
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		68.235	41.977
				Reserva de lucros		36.470	52.251
				Reserva Legal		5.996	5.310
				Reserva Estatutária		30.474	46.941
Total do ativo		152.146	140.024	Total do patrimônio líquido		104.705	94.228
				Total do passivo e patrimônio líquido		152.146	140.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Nota explicativa	2017	2016
Operações Continuadas			
Receitas Operacionais Líquidas			
Receita Líquida de Vendas	23	143.607	137.456
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(105.711)</u>	<u>(99.754)</u>
Lucro Bruto		<u>37.896</u>	<u>37.702</u>
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	25	(3.380)	(4.185)
Despesas com Pessoal	26	(9.605)	(7.575)
Serviços de Terceiros	27	(3.198)	(2.651)
Ocupações e Utilidades	28	(1.660)	(1.916)
Outras Receitas Operacionais		<u>426</u>	<u>1.145</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>20.479</u>	<u>22.520</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	1.356	2.656
Despesas financeiras		(1.727)	(1.893)
Variação cambial líquida		<u>(215)</u>	<u>(80)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(586)</u>	<u>683</u>
Resultado antes dos impostos		<u>19.893</u>	<u>23.203</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(6.395)	(7.931)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	243	268
Resultado líquido das operações		<u>13.741</u>	<u>15.540</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>13.741</u></u>	<u><u>15.540</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - Básico (em R\$)		<u><u>1,15690</u></u>	<u><u>1,30837</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>13.741</u>	<u>15.540</u>
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>13.741</u>	<u>15.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016		<u>33.477</u>	<u>48.902</u>	<u>-</u>	<u>82.379</u>
Transf. Das Reservas de Recompra p/aumento do Capital, conf. A.G.O. e A.G.E. de 29/04/2016		8.500	(8.500)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	15.540	15.540
Destinação do lucro:					
Reserva legal		-	777	(777)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (média de R\$ 0,31 por ação)		-	-	(3.691)	(3.691)
Contituição de reservas		-	11.072	(11.072)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>41.977</u>	<u>52.251</u>	<u>-</u>	<u>94.228</u>
Transf. Das Reservas de Recompra p/aumento do Capital, conf. A.G.O. e A.G.E. de 28/04/2017		26.258	(26.258)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	13.741	13.741
Destinação do lucro:					
Reserva legal	21	-	687	(687)	-
Juros sobre capital próprio (média de R\$ 0,25 por ação)	21	-	-	(3.000)	(3.000)
Dividendos mínimos obrigatórios (média de R\$ 0,02 por ação)	21	-	-	(264)	(264)
Contituição de reservas		-	9.790	(9.790)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21	<u>68.235</u>	<u>36.470</u>	<u>-</u>	<u>104.705</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Lucro líquido de exercício	13.741	15.540
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.382	2.070
Variação Cambial	215	80
Provisão (Reversão) para perda nos Estoques	972	(910)
Provisão (Reversão) para Contingência Trabalhista	(377)	(310)
Provisão (Reversão) para Contingência Tributária	-	932
Provisão (Reversão) para PCLD	75	45
Outros	(387)	493
Variações em:		
Contas a receber	(12.440)	(911)
Estoques	1.820	14.515
Impostos a recuperar	(1.087)	384
Outros ativos	86	(430)
Fornecedores	2.073	(1.608)
Obrigações sociais e trabalhistas	596	623
Obrigações fiscais	577	(3.072)
Adiantamento de Clientes	(1.866)	(745)
Outros passivos	119	486
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>7.499</u>	<u>27.182</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do Imobilizado	(6.340)	(25.946)
Aquisição de Investimento	(35)	-
Aplicações Financeiras	(1.556)	2.691
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(7.931)</u>	<u>(23.255)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	5.841	4.249
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.233)	(2.206)
Pagamento de Juros sobre Financiamentos	(1.069)	(1.372)
Pagamento de Dividendos	(3.691)	(5.447)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(3.152)</u>	<u>(4.776)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.584)</u>	<u>(849)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.723	10.572
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>6.139</u>	<u>9.723</u>
	<u>(3.584)</u>	<u>(849)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nortec Química S.A

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	152.722	149.020
Outras receitas	540	301
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(70.444)	(73.802)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(20.740)</u>	<u>(17.528)</u>
Valor adicionado bruto	<u>62.078</u>	<u>57.991</u>
Depreciação e amortização	<u>(3.359)</u>	<u>(2.069)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>58.719</u>	<u>55.922</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.892	7.880
Outros	-	800
Valor adicionado total a distribuir	<u>62.611</u>	<u>64.602</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	17.051	15.075
Benefícios	4.786	4.090
FGTS	<u>1.344</u>	<u>1.158</u>
	<u>23.181</u>	<u>20.323</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	13.564	14.201
Estadual	7.114	6.846
Municipal	<u>5</u>	<u>21</u>
	<u>20.683</u>	<u>21.068</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.727	7.197
Aluguéis	604	474
Outras	<u>2.675</u>	<u>-</u>
	<u>5.006</u>	<u>7.671</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o Capital Próprio	3.000	-
Dividendos	264	-
Lucros retido usados / Prejuízo do Período	<u>10.477</u>	<u>15.540</u>
	<u>13.741</u>	<u>15.540</u>
Valor Adicionado Total Distribuído	<u>62.611</u>	<u>64.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. A Companhia está localizada na Rua Dezesete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiquira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Eurofarma, Brainfarma, Sanofi, União Química e Medley.

1.1 Eventos ocorridos no exercício de 2017:

Novas Unidades

Em 17 de março de 2017 a Companhia iniciou a realização dos testes nas Unidades 280 e 230, para atendimento das demandas dos mercados privado e público. A CTO (Condição Técnico Operante) da Unidade 280 foi emitida no dia 07 de março de 2017.

Nos dias 03 de abril e 01 de agosto de 2017, as Unidades 280 e 230, respectivamente, foram liberadas pelo departamento de Engenharia em acordo com a Administração da Companhia para a produção em escala comercial.

Estrutura corporativa

Em 10 de fevereiro a Companhia por meio do Conselho de Administração, visando melhorar a sua estrutura interna e conforme padrões de Governança Corporativa, nomeou dois Vices-Presidentes para atuarem nas áreas de Operação e Office.

1.2 Licença de Operação

Em 26 de dezembro de 2013 a Companhia obteve do INEA/RJ (Instituto Estadual do Ambiente) a Licença de Operação (LO) nº IN 025803, válido até 26/12/2017, para as Unidades implantadas e em operação na época. Com a conclusão das Unidades 230, 280 e da expansão da Unidade de Tratamento de Rejeitos, inclusive tendo sido aprovada nos testes de Emissões Atmosféricas, a Companhia deu entrada no Pedido de Averbação dessas novas Unidades na LO nº IN 025803, em 26 de agosto de 2017 e está aguardando a análise do processo de averbação pelo INEA/RJ

1.3 Exigências regulatórias

As novas exigências administrativas regulatórias feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fizeram a Companhia interromper a produção e conseqüente o faturamento dos seus Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir. No dia 12 de junho de 2017 foi protocolado pela Companhia, na Anvisa, o pedido de excepcionalidade para a produção e comercialização dos IFA Lamivudina, Zidovudina e Fenitoína, o qual foi deferido no final de julho de 2017.

A excepcionalidade foi concedida devido a Companhia ter capacidade produtiva para entrega dos IFAs, mencionados anteriormente, e o não fornecimento causaria o desabastecimento e falta do medicamento no mercado, trazendo risco a população que utiliza essas medicações.

Adicionalmente, foi protocolado o pedido de regulamentação dos registro de todos os produtos descritos anteriormente. Após o protocolo e análise da Anvisa, a Companhia recebeu uma lista de exigências relacionadas a documentação técnica dos produtos, que já foram cumpridas e protocoladas. A Administração da Companhia realizou diversas ações para a liberação das vendas desses produtos e obteve as autorizações por meio de comunicados enviados pela Anvisa, em caráter de excepcionalidade para os produtos Fenitoína e Lamivudina em 20 de outubro de 2017.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2018.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos.

4.2 Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos.

4.3 Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

4.4 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 6.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

6.7 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

6.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.9 ICMS sobre vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao coquetel da Aids, conforme o convenio 10/2002 do ICMS.

6.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.11 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.12 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

6.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.15 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.15.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.15.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

6.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

6.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros** (efetiva a partir de 1º janeiro de 2018).

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Companhia não realiza operações de hedge.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. Porém a Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações. As possíveis diferenças serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018 e apresentadas em notas explicativas. A Administração da Companhia avaliou o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, dos contratos de fornecimento de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), considerando os seguintes aspectos qualitativos:

- Identificação do contrato;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação e Alocação do preço da transação; e

- Reconhecimento da Receita.

A Companhia reconhece a receita quando ela satisfaz uma obrigação de desempenho através da transferência do controle de um bem prometido ao cliente.

De acordo com a vigência da nova norma contábil para 2018, a Administração da Companhia concluiu que não haverá nenhum impacto relevante na aplicação das novas regras contábeis.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para as entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou modificações em suas demonstrações financeiras e não espera impactos relevantes no exercício vigente.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	5.463	7.226
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>676</u>	<u>2.497</u>
	<u>6.139</u>	<u>9.723</u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>11.721</u>	<u>10.165</u>
	<u>11.721</u>	<u>10.165</u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 92% a 99% do Certificado de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes nacionais (i)	27.820	14.072
Clientes estrangeiros	<u>947</u>	<u>2.255</u>
	<u><u>28.767</u></u>	<u><u>16.327</u></u>

(i) A Blanver Farmoquímica Ltda, Brainfarma Indústria Química e Farmaceutica S/A, a E.M.S S/A e a representam Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, em 31 de dezembro de 2017, cerca de 81% do saldo de contas a receber de clientes nacionais (72% em 31 de dezembro de 2016).

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	18.247	10.616
Vencidos até 30 dias	7.222	905
Vencidos de 31 até 60 dias	140	288
Vencidos de 91 até 120 dias	213	-
Vencidos de 121 até 180 dias	-	1.135
Vencidos acima de 180 dias	<u>2.945</u>	<u>3.383</u>
	<u><u>28.767</u></u>	<u><u>16.327</u></u>

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de acordo com as políticas adotadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 120.

Dos montantes vencidos há mais de 180 dias, R\$ 2.912 (R\$ 3.338 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a vendas destinadas ao Governo do Brasil. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis, adicionalmente ao montante provisionado.

10 Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados (a)	10.818	7.177
Produtos em processo (d)	6.557	5.672
Produtos para revenda (b)	386	594
Matérias-primas (c)	13.930	20.207
Almoxarifado	<u>347</u>	<u>208</u>
	<u><u>32.038</u></u>	<u><u>33.858</u></u>

- (a) O estoque de produtos acabados da Companhia é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017: Lamivudina, Cloridrato de Midazolam e Maleato de Midazolam, com 18%, 12% e 10% do saldo total, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos acabados de maior representatividade eram: Fumarato de Tenofovir, Espirolactona e Cloridrato de Midazolam, com 14%, 11% e 10% do saldo total, respectivamente.

- (b) Os produtos para revenda da Companhia que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Diclonofano de Sódio e Salicilato de Metila com 29% e 25% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Fosfato de Cálcio Anidro e Diclofenaco de Sódio ambos com 19% do saldo total, respectivamente.
- (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Cicloproletinil-Trifluormetil, Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tiabendazol com 24%, 14%, 11% e 5% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Tritil-Azido-Timidina, Ciclopropeletinil, Carenona e Cloreto de 2-Metil-Benzidril com 18%, 16%, 9% e 6%, respectivamente.
- (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Lamivudina Bruta, Citrato de Orfenadrina Purificado, Cloridrato de Midazolam Purificado Bruta e Bromazepam Purificado com 28%, 13%, 8% e 7% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Citrato de Orfenadrina Bruto, Zidovudina Bruta, Orfenadrina Base Bruta e Citrato de Orfenadrina Purificada com 19 %, 11%, 8% e 7% do total do saldo respectivamente.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.755 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2016). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	Provisão para perdas nos Estoques
31 de dezembro de 2016	783
Adições	2.594
Reversões	(1.622)
	1.755
31 de dezembro de 2017	1.755

11 Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
CSLL	582	139
PIS	103	57
COFINS	470	248
IRRF	49	49
IPI	22	24
ICMS	416	457
Parcelamento da Lei 12.996/04	1.368	948
Outros	33	34
	3.043	1.956

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ diferido	754	576
CSLL diferido	272	207
	1.026	783
	1.026	783

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	2.594	1.505
Contingências	129	1.088
Provisão de PCLD	305	-
Reversão de Perdas com Estoque	(1.622)	(1.338)
Reversão de PCLD	(184)	-
Reversão de Contingências	(506)	(466)
	715	789
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	243	268

13 Imobilizado

		31/12/2017		31/12/2016	
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105	1.221
Instalações	10%	51.015	(6.476)	44.539	10.805
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	29.807	(12.235)	17.572	5.446
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.328	(744)	584	515
Veículos	10% a 20%	319	(249)	70	91
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.285	(1.800)	1.485	1.017
Imobilizado em andamento	-	1.282	-	1.282	45.965
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	158
Outros	4% a 20%	2.701	(2.251)	450	375
		91.842	(23.755)	68.087	65.593
		31/12/2016		31/12/2015	
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	1.221	-	1.221	58
Instalações	10%	16.372	(5.566)	10.805	6.415
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.861	(10.415)	5.446	5.897
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.171	(656)	515	211
Veículos	10% a 20%	319	(228)	91	117
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	2.459	(1.442)	1.017	410
Imobilizado em andamento	-	45.968	-	45.965	24.542
Adiantamento de fornecedores	-	158	-	158	3.655
Outros	4% a 20%	2.485	(2.114)	375	412
		86.014	(20.421)	65.593	41.717

Movimentação do custo

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Terrenos	1.221	-	-	884	2.105
Instalações	16.372	-	-	34.643	51.015
Máquinas e equipamentos	15.861	260	(7)	13.693	29.807
Móveis e utensílios	1.171	42	(5)	120	1.328
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	2.459	194	(40)	672	3.285
Imobilizado em andamento (i)	45.968	5.824	(460)	(50.050)	1.282
Adiantamento de fornecedores (ii)	158	-	-	(158)	-
Outros	2.485	20	-	196	2.701
Total	86.014	6.340	(512)	-	91.842

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
Terrenos	58	-	-	1.163	1.221
Instalações	11.431	-	-	4.941	16.372
Máquinas e equipamentos	15.286	223	(12)	364	15.861
Móveis e utensílios	871	45	(84)	339	1.171
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	1.570	193	(1)	697	2.459
Imobilizado em andamento (i)	24.542	23.360	-	(3.934)	45.968
Adiantamento de fornecedores (ii)	3.655	158	-	(3.655)	158
Outros	2.424	3	(27)	85	2.485
Total	60.156	25.982	(124)	-	86.014

- (i) A Companhia apresentou um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contemplava duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia. Os detalhes dessas unidades Fabris estão apresentados a seguir:
- Unidade 230: A construção dessa unidade foi concluída em 30 de outubro de 2016 com o objetivo de fabricação de IFA de baixa escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 01 de agosto de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.
 - Unidade 280: Essa unidade foi construída com o objetivo de fabricação de IFA de alta escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 03 de abril de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.

O montante de R\$ 50.208 é relativo, principalmente a conclusão das unidades 230 e 280 (R\$ 7.589 em 31 de dezembro de 2016), referente a Obra Civil relacionada a conclusão do arruamento e infraestrutura da unidade 700.

Os principais gastos registrados na conta de imobilizado em andamento referem-se, principalmente, conforme apresentado:

	31/12/2017	31/12/2016
Obras Cíveis	279	9.392
Equipamentos	506	12.494
Materiais	12	13.335
Montagem	-	9.432
Outros	485	1.315
Total	<u><u>1.282</u></u>	<u><u>45.968</u></u>

Movimentação da depreciação

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Instalações	(5.566)	(910)	-	(6.476)
Máquinas e equipamentos	(10.415)	(1.826)	6	(12.235)
Móveis e utensílios	(656)	(90)	2	(744)
Veículos	(228)	(21)	-	(249)
Equipamentos de informática	(1.442)	(398)	40	(1.800)
Outros	(2.114)	(137)	-	(2.251)
Total	<u><u>(20.421)</u></u>	<u><u>(3.382)</u></u>	<u><u>48</u></u>	<u><u>(23.755)</u></u>

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Terrenos	-	-	-	-
Instalações	(5.016)	(550)	-	(5.566)
Máquinas e equipamentos	(9.389)	(1.034)	8	(10.415)
Móveis e utensílios	(660)	(65)	69	(656)
Veículos	(202)	(26)	-	(228)
Equipamentos de informática	(1.160)	(283)	1	(1.442)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Outros	(2.012)	(122)	20	(2.114)
Total	<u><u>(18.439)</u></u>	<u><u>(2.080)</u></u>	<u><u>98</u></u>	<u><u>(20.421)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 33.611 (R\$ 9.234 em 31 de dezembro de 2016), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	1.775	2.022
Fornecedores estrangeiros (i)	9.918	7.598
	11.693	9.620

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de dezembro de 2017 os principais produtos comprados foram: Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tritel-Azido-Timidina (Em 31 de dezembro de 2016 foram: Intermediário de Efavirenz, Tenofovir e Metil Carboxi).

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2016	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2017
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	10.051		401	(405)	(2.150)	7.897
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	6.708		506	(446)	(1.441)	5.327
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.001		93	(94)	(642)	2.358
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	-	5.263	212	(119)	-	5.356
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	-	218	9	(5)	-	222
		19.760	5.481	1.221	(1.069)	(4.233)	21.160
Circulante		4.770					6.000
Não Circulante		14.990					15.160
Total dos Empréstimos e Financiamentos		19.760					21.160
	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2015	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2016
BNDES - Contrato - 08.202.291/010	4,50%	301	-	4	(100)	(205)	-
BNDES - Contrato - 09.207.681/019	3,50%	417	-	7	(7)	(417)	-
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	7.983	2.798	144	(157)	(717)	10.051
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	5.667	1.451	237	(171)	(476)	6.708
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.225	-	27	(37)	(214)	3.001
Outros acionistas - Contratos de Mútuo	2% + TJLP	1.003	-	49	-	(1.052)	-
		18.596	4.249	468	(472)	(3.081)	19.760
Circulante		1.169					4.770
Não Circulante		17.427					14.990
Total dos Empréstimos e Financiamentos		18.596					19.760

(i) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996 mil
Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia: desta operação.

(ii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal: Limitado a R\$ 5.527 mil
Juros: 2,36% a.a. + TJLP
Vencimento: Em 48 parcelas a partir de janeiro/18 e a última em dezembro/21.
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia: desta operação.

Cláusulas restritivas (Covenants)

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

i. Covenants financeiros

O contrato de N° 17.2.0124.1, firmado em agosto de 2017, apresentar cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais, ou seja, individualmente líquido igual ou superior a 0,45 e relação entre dívida líquida/ebitda manteve-se igual ou inferior a 3. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato requer *covenants* não financeiros, conforme abaixo.

ii. Covenants não financeiros

- Redução do quadro de pessoal;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato;
- Outros.

16 Transação com partes relacionadas

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outros acionistas (Empréstimos) - nota explicativa 15		-	-	(49)
BNDES (Empréstimos) - nota explicativa 15	21.160	19.760	(918)	(444)
	<u>21.160</u>	<u>19.760</u>	<u>(918)</u>	<u>(493)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2.816 (Em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 1.876).

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Sociais a Recolher	701	708
Encargos Assistenciais a Pagar	32	53
Provisão de Férias	2.599	1.975
	<u>3.332</u>	<u>2.736</u>

18 Obrigações fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Recolher	484	288
Imposto de Renda na Fonte	705	238
Provisão de Imposto de Renda	935	947
Parcelamento de Débitos Federais (a)	1.676	1.763
Outros	21	95
	<u>3.821</u>	<u>3.331</u>
Circulante	2.270	1.693
Não Circulante	1.551	1.638

a. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou à adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;
- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

19 Adiantamento de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Fundação Oswaldo Cruz - Fio Cruz	2.584	4.275
Outros	<u>69</u>	<u>244</u>
	<u><u>2.653</u></u>	<u><u>4.519</u></u>

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa.

	Causas trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2016	1.018
Adições	129
Reversões	(506)
	641
Em 31 de dezembro de 2017	641
Causas trabalhistas	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.328
Adições	156
Reversões	(466)
	1.018
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.018

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos judiciais e nenhuma provisão foi constituída por não possuir uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da Administração, esses processos totalizam os montantes de R\$ 4.477 (R\$ 2.900 em 31 de dezembro de 2016).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 28 de abril de 2017 a Administração aprovou através da Assembléia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital da Companhia no valor de R\$ 26.257, dessa forma o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia passou a ser R\$ 68.235 (R\$ 41.977 em 31 de dezembro de 2016) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	1	-	1
	11.877.395	100	11.877.395

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante.

Os dividendos foram calculados conforme detalhado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	13.741	15.540
Constituição da reserva legal - 5%	(687)	(777)
Base de cálculo	<u>13.054</u>	<u>14.763</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.264	3.691
Total na forma de dividendos	<u>264</u>	<u>3.691</u>
Total na forma de juros sobre o capital próprio	3.000	-
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos (15%)	(450)	-
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar - passivo	<u>2.814</u>	<u>3.691</u>

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	19.893	23.203
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.282	1.866
Provisão de Perdas com Estoque	2.594	1.505
Provisão para contingências	129	156
Participações de Dirigentes	295	67
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.622)	(2.415)
Reversão de Contingências	(506)	(466)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(122)	(126)
Juros sobre o capital próprio	(3.000)	-
Outros	(725)	(393)
Lucro tributável	<u>19.218</u>	<u>23.397</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	6.534	7.955
Outros	(139)	(24)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>6.395</u>	<u>7.931</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

23 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	152.722	149.020
Menos:		
Vendas Canceladas	(1.837)	(4.385)
Impostos sobre vendas	(7.278)	(7.179)
	<u>143.607</u>	<u>137.456</u>

24 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Materiais	(68.951)	(65.764)
GGF e MOD	<u>(34.613)</u>	<u>(30.953)</u>
Custos Produtos Vendidos	(103.564)	(96.717)
Custos Produtos Revendidos	(2.147)	(3.037)
	<u>(105.711)</u>	<u>(99.754)</u>

25 Despesas Administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Administrativas		
Impostos e Taxas	1.163	965
Despesas com Vendas	651	474
Sindicato e Associação de Classe	207	202
Depreciação	573	459
Despesas com Pesquisa & Desenvolvimento	203	208
Despesas com Importação e Exportação	163	490
Outros	<u>420</u>	<u>1.387</u>
	<u>3.380</u>	<u>4.185</u>

26 Despesas com pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal		
Salários e Honorários	4.446	3.371
Encargos Sociais	1.955	1.670
Benefícios a Empregados	1.171	978
Participações aos empregados e administradores	833	584
Outros	1.200	972
	<u>9.605</u>	<u>7.575</u>

27 Serviços de Terceiros

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros		
Segurança e Vigilância	708	705
Conservação e Limpeza	747	625
Auditoria Externa	331	200
Consultoria Técnica Especializada	466	463
Assessoria Jurídica	409	331
Outros	537	327
	<u>3.198</u>	<u>2.651</u>

28 Ocupação e Utilidades

	31/12/2017	31/12/2016
Ocupação e Utilidades		
Material de Manutenção e Consumo	246	286
Seguros	375	531
Água e Esgoto	126	128
Telecomunicação	173	192
Outros	740	779
	<u>1.660</u>	<u>1.916</u>

29 Despesas financeiras líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.027	1.562
Outros	329	1.094
	<u>1.356</u>	<u>2.656</u>
Despesas financeiras		
Juros	(918)	(493)
Variação cambial Líquida	(215)	(80)
Comissões e Despesas Bancárias	(535)	(548)
Outros	(274)	(852)
	<u>(1.942)</u>	<u>(1.973)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(586)</u>	<u>683</u>

30 Instrumentos financeiros

30.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

O  ndice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	30.087	28.101
Passivo não circulante	17.354	17.695
Total	<u>47.441</u>	<u>45.796</u>
Ativo total	152.146	140.024
�ndice de endividamento líquido	31%	33%

30.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	11.721	11.721	10.165	10.165
Contas a receber	28.767	28.767	16.327	16.327
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	21.160	21.160	19.760	19.760
Fornecedores	11.693	11.693	9.620	9.620

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

30.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

30.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

30.5 **Gestão de risco de taxa de câmbio**

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2017, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 1,50% frente ao real (2016 - desvalorização de 16,54%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	3.940	5.963	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	947	2.255	US\$
Adiantamento a fornecedores	237	221	US\$
Passivo: Seguro Transporte	294	255	US\$
Fornecedores estrangeiros	9.918	7.598	US\$

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

30.6 **Gestão do risco de taxa de juros**

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.760 em 31 de dezembro de 2016). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

30.7 **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 28.767 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 16.327 em 31 de dezembro de 2016), tem como os maiores volumes devidos pela, Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Em 31/12/2017				
Fornecedores	11.693	-	-	11.693
Financiamentos	6.000	12.143	3.017	21.160
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Em 31/12/2016				
Fornecedores	9.620	-	-	9.620
Financiamentos	4.770	12.016	2.974	19.760

30.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 153.460 para danos materiais (R\$ 65.000 em 31 de dezembro de 2016), e R\$ 32.000 para responsabilidade civil (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2016).

32 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.741	16.124
Lucro líquido	13.741	15.540
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>1,16</u>	<u>1,31</u>

33 Eventos Subsequentes

33.1 Recuperação do Faturamento

Conforme nota explicativa 1.3, a Companhia teve o faturamento interrompido pela não autorização da Anvisa para a produção de 5 produtos (Lamivudina, Zidovudina, Fenitoina, Efavirenz e Aciclovir). A Administração da Companhia realizou diversas ações para a liberação das vendas desses produtos conseguindo o registro do produto Fenitoina em 22 de janeiro de 2018 e obteve as autorizações através de comunicados enviados pela Anvisa, em caráter de excepcionalidade para o produto Lamivudina em 02 de janeiro de 2018. No período de 05 a 09 de fevereiro de 2018 a Companhia realizou uma inspeção em conjunto com representantes da Anvisa para certificar o fornecedor das Matérias Primas utilizadas nos produtos Lamivudina e Zidovudina, essa ação foi uma exigência do Órgão Regulador (Anvisa), para emissão do certificado de boas práticas. A Companhia espera obter o registro desse produto no 2º trimestre de 2018.

33.2 Órgão Ambiental

Em 08 de fevereiro de 2018, o INEA- Instituto Estadual do Ambiente requereu da Companhia informações sobre o complemento de documentações ambientais, para renovação da licença de operação das unidades produtivas (010, 100, 200, 230 e 280). Nesta mesma data, foi recebida uma segunda notificação referente atualização da documentação da ampliação do Almoxarifado 710, para o cumprimento da licença de instalação. A Companhia protocolou parte das informações solicitadas em 22 de março de 2018 e as demais solicitações estão sendo preparadas e serão

apresentadas no prazo de 45 a 90 dias da data da solicitação, definido pelo órgão regulador. A Companhia não espera nenhuma restrição na obtenção das licenças de operação das unidades de produção.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES E SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480, de 07/12/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com o parecer dos Auditores Independentes referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 2017, emitido no dia 27 de Março de 2018.

- Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480, de 07/12/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

A Diretoria.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. Disposições Institucionais e Regimentais:

O Comitê de Auditoria da Nortec Química S.A. é um órgão consultivo que atua no assessoramento do Conselho de Administração. Constituído em reunião do Conselho realizada em 30 de setembro de 2016.

2. Competência:

O Comitê de Auditoria da Nortec Química S.A., tem como suas principais atribuições: a) Contribuir para que a Diretoria desenvolva e mantenha controles internos confiáveis, revisando-os permanentemente; b) Acompanhar o sistema de gestão de riscos da Companhia; c) Zelar para que os auditores independentes avaliem as práticas da Diretoria; d) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência, a qualidade dos serviços prestados; a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; e) Recomendar a contratação, destituição e retenção dos auditores independentes; f) Monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; g) Acompanhar as práticas contábeis adotada pela Companhia nas elaborações de suas demonstrações financeiras;

3. Das atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria se reuniu nos dias 10/08/2017, 07/11/2017 e 23/01/2018. Nestas reuniões foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação do trabalho da auditoria externa, análises das informações contábeis intermediárias para os períodos findos em junho, setembro de 2017 e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

4. Da auditoria independente.

Foram realizadas reuniões com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando a elaboração das informações contábeis intermediárias para os períodos de findos em março, junho e setembro de 2017 e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

À empresa de auditoria externa, cabe assegurar que as demonstrações financeiras, Individuais e Consolidadas da Nortec Química S.A. de 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas de acordo com –as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board- IASB.

Os auditores externos apresentaram os resultados da auditoria das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da Nortec Química S.A de 31 de dezembro de 2017. Na apresentação dos auditores foram abordados os seguintes tópicos: 1) situação com o órgão fiscalizador ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); 2) Aumento da receita (2016YTD X 2017YTD); 3) Início da operação nas unidades U280 e U230; 4) Captação de um empréstimo junto ao BNDES; e 5) os novos pronunciamentos contábeis IFRS 15 / CPC 47 e IFRS 9 / CPC 48, cujos efeitos não são significativos para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

5. Das demonstrações contábeis

O Comitê apreciou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinando as notas explicativas e o relatório da Administração. Verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com as normas contábeis brasileiras e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board- IASB, retratando adequadamente a situação patrimonial da empresa.

6. Conclusão:

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicasse a existência de falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Empresa ou a fidedignidade das informações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Duque de Caxias, 23 de março de 2018.